

# O Agronegócio no Território Brasileiro

El Agronegocio en el territorio brasileiro

**Sonia Segatti**

FCT/UNESP

**Roberto González**

Facultad de Geografía

Universidad de La Habana

## Resumo

O foco deste trabalho é analisar os efeitos do agronegócio no território brasileiro, explanando sobre seu desenvolvimento através do gerenciamento dos sistemas agroindustriais, dos complexos agroindustriais, bem como das cadeias produtivas, com definições e correntes metodológicas visando, segundo o setor, dar subsídios apropriados à formulação e implementação de uma eficiente política de segurança alimentar no Brasil. Sem uma leitura do território através da visão de geógrafos renomados, este artigo não teria um sentido científico que nos permite entender o “porquê” do desenvolvimento do agronegócio por meio da influência do território.

**Palavras-chave:** agronegócio, território, cadeias produtivas.

## Abstract

This essay is focused on the analysis of the effects agribusiness can have in Brazilian territory by explaining its development through the management of agricultural industries systems and compounds as well as the supply chains and also by using definitions and methodological theories aiming to provide appropriate subsidies for building up and implementing an efficient food safety policy in the referred country. Without envisioning a territory approach by some renowned geographers, this essay would be lacking a scientific sense that would jeopardize a

further understanding on how agribusiness development is connected to the influences of the territory.

**Key-words:** agribusiness, territory, supply chains.

## 1. Introdução

Nosso objetivo é analisar os resultados do agronegócio ou *agribusiness* no território brasileiro, explanando sobre seu desenvolvimento através do gerenciamento dos sistemas e dos complexos agroindustriais, bem como das cadeias produtivas, com definições e correntes metodológicas visando, segundo o setor, dar subsídios apropriados à formulação e implementação de uma eficiente política de segurança alimentar no Brasil, dando um sentido científico que permita entender o porquê do desenvolvimento do agronegócio.

A abertura comercial no final dos anos 1980, agregada a outros fatores como as indecisas políticas agrícolas e industriais, às crises financeiras mundiais, a desregulamentação de várias cadeias agroindustriais, entre outros, provocaram o desequilíbrio na balança comercial brasileira, expondo assim a importância do papel que os produtos agroindustriais representam no equilíbrio das contas externas. A partir daí, o agronegócio ou *agribusiness* tem sido estudado em diversos setores e em várias cadeias produtivas, bem como na rede de negócios, abordando suas diversas peculiaridades regionais. A discussão ganhou maior importância nos meios acadêmicos, empresariais e governamentais brasileiros no final dos anos 1980, quando da abertura comercial, das políticas agrícolas e industriais mal formuladas (Batalha e Silva, 2001).

Nos Anais do 1º. Congresso Brasileiro de *Agribusiness* (2002), promovido pela Associação Brasileira de *Agribusiness* – ABAG –, foram apresentados os principais fatores que simultaneamente afetaram o desempenho do campo em épocas passadas:

1. Falências das Políticas Públicas: década de 80 – extintos subsídios aos créditos em troca de uma política de renda ao produtor via preços mínimos. Não aconteceu!

2. Sucessivos Planos de Estabilização da Economia: do Cruzado ao Real, com exceção do Bresser, os planos sempre aconteceram entre o plantio e a colheita das safras de verão no Centro Sul, descasando os índices e destruindo a renda dos agricultores e suas cooperativas.
3. Globalização da Economia: guerra de mercado, onde a característica é a necessidade de produzir com melhor qualidade pelo menor preço e de acordo com o poder aquisitivo do consumidor.
4. Produtor Lento na Aceitação de Mudanças: Anos 90, mercados fechados e juros baixos fizeram do produtor, lento na aceitação de mudanças (Abag, 2002, p. 02).

O desemprego no campo, após os anos 1980, estimado em dois milhões, foi apenas uma das conseqüências dessa situação. Muitos produtores rurais perderam tudo o que tinham. Os produtores que resistiram às mudanças buscaram o máximo de eficiência, incorporando tecnologias, reduzindo custos e aumentando a qualidade e a produtividade, mantendo-os na atividade.

Rodrigues (2003, p. 01) salienta que:

A revolução que está por ocorrer é a profissionalização do campo, onde os produtores terão que dividir as atenções entre as atividades da fazenda, movimentos de mercado, relações trabalhistas, questões ambientais e política tributária. É a gerência da atividade, que não pode mais ser desconsiderada, o agricultor não pode mais errar.

O agronegócio fez com que o Brasil vivesse um momento único na história, afetando as pessoas e as organizações que não estavam preparadas, com a integração crescente entre os países e a competição acirrada em quase todos os setores. Essa atualização da tecnologia no campo e na agroindústria, em ritmo intenso, vem proporcionando o aumento da ansiedade, devido à existência da progressiva necessidade de atender às demandas de uma sociedade cada vez mais consciente de seus direitos.

Essas mudanças tão rápidas fazem com que os produtores, as empresas agropecuárias, as agroindústrias e os profissionais ligados ao setor rural

sejam forçados a buscar e, principalmente, a adotar novos mecanismos de aprendizagem e de formação profissional e empresarial, sob pena de serem desalojados rapidamente do ambiente em que estão inseridos, principalmente em se tratando do pequeno proprietário.

Os proprietários rurais, tanto os grandes e médios quanto, e principalmente, os pequenos, diante da incerteza e dos novos desafios, sentem-se ameaçados, incertos e dependentes das formas pelas quais as pessoas e as agroindústrias operam e se transformam. É esse um dos principais paradigmas vigentes: a acelerada introdução de novas tecnologias e de novas ferramentas gerenciais com enfoques administrativos que remodelam as rotinas na resolução de problemas considerados insolúveis como problemas relacionados ao clima e aos solos (irrigações, plantio direto, manejo rotacionado etc.) e aos fatores biológicos (melhoria genética de rebanhos, plantas geneticamente modificadas, cruzamento industrial, fertilização *in vitro* etc.).

A importação dos produtos agroindustriais alimentares trouxe em seu bojo novos padrões de competição, consolidando novos padrões de consumo dos brasileiros, apoiados pelo Código de Defesa do Consumidor. Concentrou-se assim a estrutura de distribuição e começaram a atuar no cenário brasileiro grupos internacionais varejistas com novas técnicas de gerenciamento (T.I. – Tecnologia de Informação) e negociação, gerando, nos empresários locais, a necessidade de aprimoramento através de parcerias e alianças estratégicas, com a característica de cadeia produtiva agroindustrial. A necessidade de facilitar o fluxo de informações direcionadas à resolução de problemas e a integração entre plano e ação surgiu devido ao novo padrão de concorrência, fazendo com que as organizações se tornassem mais flexíveis e mais cooperativas ao longo da cadeia produtiva (Batalha e Silva, 2001).

## **2. Compreendendo o agronegócio e suas metodologias: sistema agroindustrial (SAI), complexo agroindustrial (CAI) e cadeia de produção (CPA)**

Batalha e Silva (2001) explicam que duas vertentes metodológicas, embora defasadas quanto ao tempo e local, nos dão uma visão geral do agronegócio.

A primeira vertente teve origem na Universidade de Harvard (USA) pelos pesquisadores John Davis e Ray Goldberg em 1957, que criaram o conceito de *agribusiness* como sendo a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles; posteriormente, Goldberg (1968) utiliza a noção de *Commodity System Approach* (CSA) e acentua que um sistema de *commodities* engloba todos os agentes envolvidos com a produção, o processamento e a distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, as operações de estocagem, o processamento, o atacado e o varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final.

A segunda vertente desenvolveu-se no âmbito da Escola Industrial Francesa na década de 1960 e passa a noção de *analyse de filière* (cadeia de produção), explicando a seqüência de transformações de uma *commodity* em produto final destinado ao consumidor, focalizando o aspecto da distribuição do produto industrial.

Ambas as noções, americana e francesa, apresentam a mesma visão sistêmica e mesoanalítica. Conclui-se, assim, que a análise do sistema agroindustrial deve, obrigatoriamente, seguir a forma de encadeamento e articulação que gerencia as atividades econômicas e tecnológicas, envolvidas na produção de um determinado produto agroindustrial, englobando todas as etapas da produção, as indústrias de insumos, a produção agropecuária, a indústria de alimentos e o sistema de distribuição, comumente descritos como “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira”.

A principal diferença entre as duas correntes está no grau de importância dado ao consumidor final, sendo que o método de cadeias de produção (CPA) parte sempre do mercado final (produto acabado – etanol, por exemplo) em direção à matéria-prima, ou seja, de jusante a montante; e o sistema de *commodities* (CSA) parte de uma matéria-prima base (cana-de-açúcar, por exemplo) em direção ao produto final, de montante a jusante.

Segundo Batalha e Silva (2001), o conceito de *agribusiness* apresentado por Davis e Goldberg (1957) lembra em muito o Sistema Agroindustrial (SAI). Este sistema pode ser utilizado como ferramenta de gestão e de apoio à tomada de decisões e pode ser definido como o conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas etc.) até a chegada do produto final (etanol, farelo de algodão, queijo, biscoito etc.) ao consumidor.

Enfatizam Batalha e Silva (2001) que os agentes formadores do sistema agroindustrial são: agricultura, pesca, pecuária, indústrias agroalimentares, distribuidores (agrícola e alimentar), comércio (nacional e internacional), consumidores, indústrias e serviços de apoio. Destacam ainda que o SAI é composto por todas as atividades envolvidas no processo de produção de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos até o produto final, apresentando dois níveis de análise:

- Cadeia de Produção Agroindustrial: a qual é definida a partir da identificação de um produto final e, após, identifica-se através de uma série, de jusante a montante, as várias operações técnicas, comerciais e logísticas, necessárias a sua produção (ex. etanol);
- Complexo Agroindustrial: este tem como ponto de partida a matéria-prima base (ex. cana-de-açúcar). Um complexo agroindustrial é composto por várias cadeias de produção, as quais devem possuir relações comerciais mais próximas.

A garantia de abastecimento interno e geração de divisas se dará se o alimento, além de produzido, for industrializado e encaminhado até o consumidor sem sofrer qualquer disfunção nas etapas do fluxo

operacional. Para que tal procedimento se concretize, normalmente surgem mudanças na dinâmica dos sistemas agroindustriais, provocando a inovação de tecnologias (Batalha e Silva, 2001).

A eficiência do Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais será dada através da análise da produção (tecnológica), da comercialização e logística das cadeias produtivas, bem como da influência que os fatores externos (sociais, econômicos, legais e governamentais) exercem sobre a mesma, permitindo, com essa análise, detectar as disfunções e dar subsídios apropriados à formulação e implementação de uma eficiente política de segurança alimentar no Brasil.

Zylbersztajn e Neves (2000) entendem que o enfoque das cadeias produtivas é analisar a dependência, dentro de um sistema, como o resultado de uma estrutura de mercado ou de forças externas, tais como ações e políticas governamentais, bem como ações estratégicas nos elos da cadeia.

Existem três séries de elementos que estão relacionados em termos de cadeia de produção: (1) a cadeia de produção é uma seqüência de operações de transformações que podem ser dissociadas, porém apresentam-se ligadas por um encadeamento técnico; (2) a cadeia de produção pode ser considerada como um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre os pontos ou estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes; (3) considera-se a cadeia produtiva como um conjunto de ações econômicas que prevê a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações (Batalha, 1997, p. 26).

Ainda de acordo com Batalha (1997), são cinco as vantagens da utilização do conceito de cadeia produtiva:

1. Permite a divisão setorial do sistema produtivo;
2. Serve para formulação e análise de políticas públicas e privadas;
3. É uma ferramenta de descrição técnico-econômica;
4. Permite a análise estratégica das empresas;
5. É uma ferramenta de análise das inovações e de apoio à tomada de decisão concernentes à tecnologia.

Melese (1990), analisando o sistema “organização - meio ambiente”, que se harmoniza com a noção mesoanalítica da cadeia de produção, parte da premissa de que toda empresa está inserida em um meio dinâmico com o qual ela está em interação permanente, o que permite a compreensão do comportamento global da empresa e sua inserção em seu ambiente político, social, econômico e tecnológico. Enquanto sistema, uma cadeia de produção agroindustrial fica sujeita a mudanças ao longo do tempo.

As empresas exercem influências sobre o meio que as cerca com o objetivo único de atingir suas metas. Os agentes econômicos, de acordo com Batalha (1995), dentro de uma cadeia de produção, irão posicionar-se com o objetivo de obter o máximo de margens de lucro em suas atividades, ao mesmo tempo em que tentam apropriar-se das margens dos outros agentes presentes para se defender contra as forças da concorrência ou transformá-las a seu favor.

Para Schumpeter (1943), a economia é um sistema dinâmico que modifica de maneira contínua suas estruturas sob a pressão da concorrência.

Batalha e Silva (2001) concordam com Schumpeter (1943) e ainda salientam que:

Contar somente com uma agropecuária forte como forma de garantir o abastecimento interno, e gerar divisas, é um erro estratégico que o Brasil não pode cometer. O alimento deve ser produzido, industrializado e, finalmente, encaminhado até as mãos do consumidor. Qualquer disfunção em uma destas etapas básicas compromete todo o esquema de abastecimento alimentar e de competitividade para o setor (2001, p. 61).

Portanto, esses autores entendem que apenas uma leitura tripla –tecnológica, comercial e logística– das cadeias de produção agroindustriais, bem como os fatores externos –sociais, econômicos, legais e governamentais–, que exercem influência sobre as cadeias, permitem formular e implementar uma política de segurança alimentar eficiente para o país, e incrementar a competitividade internacional para o setor.



Contradizendo tais autores, Fernandes (2004) considera que o agronegócio é um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, originado no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são destinadas a produzir para exportação. Ainda destaca que a denominação “agronegócio” foi criada na tentativa de se vender a imagem de caráter produtivista, com destaque para o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias, maquiando assim o caráter concentrador, predatório, expropriador e excludente do mesmo, provocando o processo de exploração e dominação, a intensificação da concentração da propriedade da terra e a tentativa de destruição do camponês.

Diante de ambas as constatações, pode-se concluir que o produtor familiar, mesmo pressionado pelo agronegócio, pode sobreviver e prosperar em suas terras, desde que tenha disponibilidade de tecnologia, ensino e que não caia em descrédito. O camponês, para continuar existindo e resistindo, deve se atualizar e se capitalizar através de um excedente de produção que atenda às demandas do mercado, hoje mais exigente.

Em relação às idéias de Batalha e Silva (2001), de que a segurança alimentar só se dará através do elo do produtor com o CAI, pelas cadeias produtivas, podem sim revelar o caráter concentrador e expropriador citado por Fernandes (2004), embora ao longo de alguns anos, mais por competência do que por resistência, o camponês pode reverter a ameaça de expropriação em um fator mais de fixação à terra (demarcação territorial). Fator esse que se dará por atrativo proporcionado pela viabilidade econômica de seu empreendimento e conseqüentemente pelo apego e pela vocação agrícola.

### **3. Compreendendo o território**

Entendendo o território como o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder, que é concedido pela receptividade, como conceitua Fernandes (2005), e como sistema de ações e sistema de objetivos em

que os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico de uma nação, como destaca Raffestin (1993), faz-nos atingir a compreensão de que, no movimento do processo geográfico conhecido como TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização), estão as empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas, e também os movimentos do agronegócio e da agricultura familiar modificando paisagens, com mudanças da estrutura fundiária e das relações, fato confirmado pelo agronegócio sucroalcooleiro.

Fernandes (2005) destaca que o espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Ao mesmo tempo, o território é uma convenção e uma confrontação, pois possui limites, fronteiras, sendo um espaço de conflitualidades, como acontece nas regiões onde o agronegócio sucroalcooleiro tem se territorializado. Todo território é um espaço, podendo ser geográfico, social, político, cultural, cibernético etc., o que Catalão (2007) contesta ao afirmar que essa interpretação, mesmo não sendo equivocada, pode gerar uma simplificação capaz de contribuir para perpetuar o espacial como algo sem vínculo necessário com as relações sociais, pois, quando se afirma que o espaço geográfico é social, não se reduz o peso de conteúdo que este possui. Não há sentido em pensar o espaço fora de sua relação com a sociedade, sendo a geografia uma ciência social.

Fatores econômicos levam ao processo de TDR, de acordo com Raffestin (1984), explicando que o próprio mercado é um lugar de emissão de símbolos, sinais e códigos, sempre presentes na dinâmica econômica, nas informações e comunicações, e conseqüentemente nos preços. Isso, segundo o autor, gera um espaço temporalizado em razão dessas informações que circulam e comunicam, interligando diferentes agentes sociais. O autor define a territorialização como sendo um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações e a desterritorialização como a perda do território, de limites e fronteiras. As relações de poder, redes de circulação e comunicação, territorialidades,

dominação de recursos naturais, entre outros, indicam relações sociais entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, abrangendo os fatores econômicos, políticos e culturais.

A esses fatores são acrescidos os sociais e técnicos, que, combinados, às condições territoriais inerentes a um conjunto de lugares e inter-relações entre esses lugares, transformando o território em um campo de domínio, de controle pelas multinacionais, pela Igreja Católica, por grupos políticos e por pequenos supermercados (Dematteis, 1985).

Saquet (2006) complementa o pensamento de Dematteis (1985), baseado em referências de Michel Foucault, que destaca que o poder está presente nas ações do Estado, e também nas instituições, empresas, enfim, nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas. Controle e dominação observados nas regiões brasileiras que absorveram o agronegócio sucroalcooleiro.

Raffestin (1993) afirma que existem agentes sintagmáticos que produzem o território, desde o Estado até o indivíduo, passando por organizações pequenas ou grandes, em graus diversos, momentos diferentes e em lugares variados, assentando-se na construção, de malhas, nós e redes, cujo objetivo é a delimitação dos campos de ações, de poder nas práticas espaciais que constituem o território.

A conceituação elaborada por Saquet (2006) a respeito do território remete-nos à reflexão de uma interligação entre este e o agronegócio, pois indica que há relações e interações entre a cultura, a política, a ideologia e com os elementos do movimento de reprodução do capital dentro das quais é necessário contextualizar os processos territoriais em cada período e lugar, em constante movimento de produção de descontinuidades, desigualdades e diferenças, envolvendo aspectos dos domínios natural e social. Portanto, ele afirma que:

O território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é

produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (*objetiva e subjetivamente*). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2006, p. 83).

Para Fernandes (2005), é um equívoco compreender o território como espaço unidimensional, trata-se de setor. Esta prática é comum na implantação dos denominados projetos de desenvolvimento territorial.

Essa discussão a respeito do território é importante dentro do presente estudo no sentido da compreensão a respeito da possível desterritorialização dos pequenos produtores, que pode ocorrer a partir da descapitalização e conseqüente desinteresse dos mesmos em continuar na atividade agropastorial, impulsionados pela mudança de postura do capital sucroalcooleiro. Desinteresse este evidente, quando se analisa as conseqüências ocorridas nas regiões que se tornaram pólo territorial sucroalcooleiro.

#### **4. A expansão do agronegócio no território brasileiro**

A expansão do agronegócio no território brasileiro tem seu ponto de partida com a criação e implantação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, que objetivava modernizar a economia nacional através da abertura à entrada de investimentos externos e do estímulo explícito ao setor industrial, tendo como um de seus objetivos a transferência da capital para o centro do país, cuja inauguração se deu em 1960.

Após o Programa de Integração Nacional, no governo Médici, criaram-se vários outros como o Programa de Redistribuição de Terras e Incentivos à Agroindústria do Nordeste – PROTERRA –, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE –, o Programa do Vale do São Francisco – PROVALE –, dentre tantos outros, provocando os seguintes fluxos migratórios (conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –):

- Um do Centro-Sul, via São Paulo-Cuiabá (MT)-Porto Velho (RO), composto predominantemente de paranaenses, capixabas, mineiros, gaúchos, paulistas e mato-grossenses;
- Outro também do Centro-Sul, via eixo Belém-Brasília, formado especificamente por nordestinos que emigraram para Brasília e que, regressando à agricultura, visam o Norte de Goiás, Leste do Pará e Sul do Maranhão;
- Um terceiro, do Nordeste, via São Paulo-Cuiabá-Porto Velho, representando ex-assalariados nordestinos que, depois de algum tempo no Sul do País, se deslocaram para Mato Grosso e Rondônia;
- Um quarto, representando diretamente a frente de deslocamento, também do Nordeste, que, aproveitando a construção do leito da Transamazônica, visava momentaneamente o Oeste do Maranhão, Norte de Goiás (hoje Tocantins) e Leste e Sul do Pará;
- Finalmente, um último fluxo do Nordeste, via marítima – o mais tradicional – que sempre visou as áreas ao redor das maiores cidades localizadas às margens do Rio Amazonas e seus afluentes (INCRA, 19[7-], p.12).

Hespanhol (2000) explica que a implantação de infra-estrutura viária e de comunicações, bem como o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, os baixos preços da terra e os incentivos fiscais e creditícios governamentais nas décadas de 1970 e 1980, impulsionaram a expansão da agricultura em bases empresariais ao Centro-Oeste e Norte do Brasil. O processo da estreita relação com os setores industrial e financeiro viabilizou a integração de vastas parcelas do território ao mercado nacional, com a instalação de agroindústrias na região Centro-Oeste.

O processo de alteração da base técnica e econômica da agricultura redundou em questões como: acesso a terra, exclusão de pequenos produtores, baixa absorção da mão-de-obra e elevada concentração de renda. Problemas ambientais no cerrado surgiram e surgirão devido à introdução de pacotes tecnológicos importados de países de clima temperado na faixa tropical, observados pela alta dependência dos insumos externos e da utilização de máquinas e implementos pesados, comprometendo a qualidade do solo com o aparecimento constante

de erosão e de compactação, podendo, em médio prazo, inviabilizar a atividade agrícola, como degradar amplamente os recursos naturais (Hespanhol, 2000).

Delgado (2005) observa que, com a adoção de uma política neoliberal em matéria de atração de capital externo, a partir do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real) em 1994, abandona-se a política de geração de saldos comerciais, ancorada no tripé cambio sobrevalorizado-tarifas ultramitigadas-desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial. Cai assim o superávit comercial, passando rapidamente a deficitário entre 1994 e 1999. Com conseqüências negativas sobre a renda fundiária, a terra se desvaloriza em virtude de um declínio acentuado dos preços agrícolas, dificultando a política de reforma agrária. Em se tratando da agricultura familiar, verifica-se o abandono das atividades ou sua conversão à atividade de subsistência. Dá-se, portanto, respaldo ao fortalecimento do agronegócio brasileiro.

Delgado (2005) ainda destaca que, no final de 1998, uma crise de liquidez internacional afetou a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança do regime cambial, impulsionando aos empréstimos ao Fundo Monetário Internacional – FMI – em três sucessivas operações de socorro (1999, 2001 e 2003). Novamente, pede-se socorro aos setores primário-exportadores para gerar saldo comercial, ou seja, à agricultura capitalista (agronegócio). O autor observa que agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária e que:

O segundo governo Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estrutural – com algumas iniciativas que ao final convergiram: (1) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (3) uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte

a deixar de fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das auto-declaradas produtivas; (4) a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio [...] competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento constrangido” (Delgado, 2005, p. 47-48).

Observando-se do lado da agricultura familiar não integrada nas cadeias do agronegócio (fora de uma estratégia tipicamente capitalista), tanto o fluxo como o refluxo da renda da terra aprofundam a distância econômica e social entre o pequeno e o grande produtor rural. Esses movimentos recriam uma virtual economia de subsistência no espaço agrário, tal como ainda aponta o autor.

A esse respeito, estudos como os de França e Fernandes Filho (2003), em suas pesquisas sobre a evolução da avicultura de corte em Goiás, traçam a mudança do perfil dos integrados à agroindústria avícola, de pequenos para médios produtores. Explicam tal fato pela desagregação do complexo rural e a formação do complexo agroindustrial, pelo apropriação e substitucionismo industriais, pela necessidade de economia de terra e de mão-de-obra e pela participação do Estado através de políticas públicas e de financiamentos. A oferta de grãos, o clima, os incentivos fiscais e o modelo mais eficiente de produção impulsionaram o traslado dos novos projetos avícolas do Sul para o Centro-Oeste, principalmente Goiás, seguido por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As agroindústrias integradoras se submetem à pressão por aumento da eficiência produtiva e por conquista de novos mercados internacionais, criando projetos mais vantajosos do ponto de vista técnico e econômico da produção (menor custo de transação, de produção e logística) do que o modelo de integração com pequenos produtores do Sul, sem se avaliar os efeitos sociais, ambientais e regionais negativos que vão causar, apontados anteriormente.

Observa-se, desde os primórdios, que a migração da agricultura sempre foi impulsionada pelos avanços tecnológicos. Na opinião de Nehmi Filho (2007), os transgênicos são a novidade que deverá desencadear a próxima mudança de local da agricultura no território brasileiro, constatando-se um novo fluxo migratório direcionado aos Estados da Bahia, Maranhão, Piauí

e Tocantins. As novas variedades de fertilizantes e defensivos químicos para solos de fertilidade médias e baixas, bem como técnicas mais eficazes de administração, têm proporcionado produtividades acima de qualquer projeção, fazendo com que os preços dos alimentos caiam e as margens de lucro dos produtores encolham em diversas regiões produtivas.

Nehmi Filho (2007) ressalta que o clima terá importância cada vez menor na produtividade. Segundo o mesmo autor, a topografia virá em primeiro lugar, seguida da logística, depois a altitude e, em quarto lugar, o clima; por último o solo. Prevê-se que, com menos riscos climáticos, a oferta e demanda se tornem mais previsíveis e controláveis, com os preços menos voláteis, o que impulsionará a exploração intensiva da economia de escala. As operações mecanizadas e a logística (recebimento de insumos e distribuição de produtos) determinarão a competitividade.

Diante desse cenário, algumas regiões serão beneficiadas, tornando-se mais competitivas, como os planaltos da Bahia, do Maranhão, do Piauí e do Tocantins em detrimento de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para que esses três estados da federação revertam essa previsão, terão de investir pesadamente em infra-estrutura de transporte, sobretudo em ferrovias, hidrovias e dutos.

Agroenergia é a “vedete” do presente, devido às vantagens competitivas que colocam o Brasil na dianteira em relação inclusive aos países desenvolvidos. O etanol tem sido discutido em várias reuniões e vários congressos e seminários como uma incógnita ao desenvolvimento regional, pois é evidente que esse combustível depende inclusive da continuidade dos altos preços do petróleo, que dita o preço do etanol. Os preços do petróleo não estão atrelados unicamente às decrescentes reservas, e sim à especulação, sendo o produto altamente sujeito a manobras por parte dos países produtores (AGRIANUAL/FNP, 2007).

O setor sucroalcooleiro movimenta pouco mais de 2% do PIB nacional, com atividades no Centro-Sul (Figura 1), no Norte e Nordeste. Pesquisadores do Instituto Agronômico de Campinas – IAC – quantificaram e qualificaram nove regiões com condições climáticas favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, sendo as mais produtivas situadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná (Figura 2).





Figura 1. Brasil. Principais regiões com concentração canieira  
Fonte: <http://www.clubemundo.com.br>

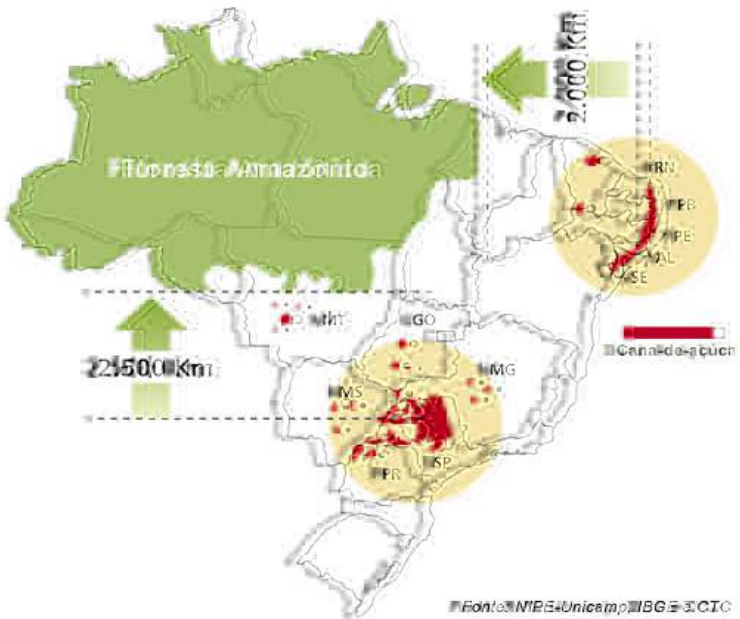


Figura 2. Brasil. Regiões com maior potencial canieiro  
<http://www.unica.com.br/>

A partir de 2008, com a obrigatoriedade da adição de 2% de biodiesel (obtido de fontes vegetais como sementes de oleaginosas, e animais, como sebo bovino) ao óleo diesel de origem fóssil, o governo brasileiro estima gerar trabalho e renda no campo para 250 mil agricultores familiares, dos 2 milhões existentes. O Plano Nacional da Agricultura – PNA –, respeitando o zoneamento agrícola, elegeu a mamona para o Semi-árido por ser resistente à seca, prevendo crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF–, e pesquisa e extensão rural aos agricultores familiares. Dentro do PNA, foi previsto como capacidade produtiva regional de biodiesel: 5% no Sul, 13% no Norte, 15% no Nordeste, 31% no Sudeste e 36% no Centro-Oeste, como mostra o figura 3.

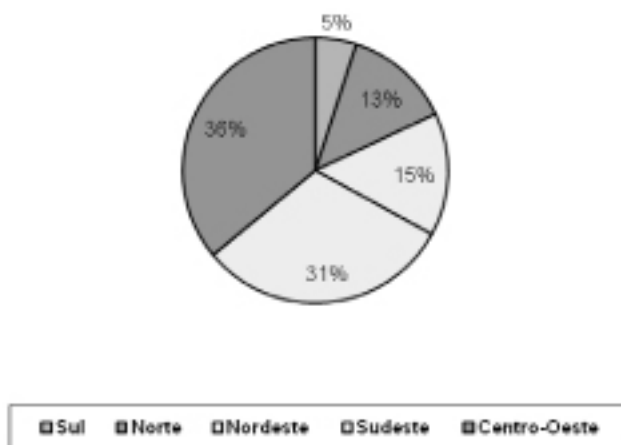


Figura 3. Capacidade Produtiva Regional de Biodiesel  
Fonte: FNP.

Dentre os produtos, além da mamona para o Semi-árido, são previstos para a região Sul o tungue ou nogueira-de-iguape (que pode ser consorciada com pastagem), a linhaça, o nabo forrageiro, o pinhão manso, além da soja<sup>1</sup> e outras tantas. No Norte, o dendê é uma boa opção, além do babaçu, caroço de algodão e caroço de amendoim. O

<sup>1</sup> A soja oferece risco devido ao crescimento significativo da bovinocultura de corte em regime mais intensivo, que demandará uma alta produção.

girassol com boa produtividade para Pernambuco e a canola para o Rio Grande do Sul.

Um estudo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Cepea – da Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz” da Universidade de São Paulo – ESALQ/USP –, realizado com base na safra 2004/2005, concluiu que o biodiesel mais barato de se produzir foi identificado como o produzido no Nordeste a partir do caroço de algodão (subproduto).

Enquanto a agricultura de grãos reduz a área de plantio, o reflorestamento aumenta. Pelas pesquisas do Instituto FNP observa-se que a tendência de valorização de terras deixou de ser as de fronteira agrícola e pecuária, passando para as áreas onde estão se desenvolvendo o reflorestamento e a produção de combustíveis verdes, sendo de maior potencial para a produção de cana-de-açúcar as regiões de Presidente Prudente-SP, Rio Verde-GO e Uberlândia-MG. Para reflorestamento foram destacadas as regiões de Imperatriz-MA, Pelotas-RS e Três Lagoas-MS.

A base territorial do agronegócio foi montada a partir de Ribeirão Preto-SP, considerada como a *Capital brasileira do agronegócio* (Romão, 2006). Observa-se a veracidade de tal afirmação através da feira internacional “*Agrishow*” realizada nessa cidade anualmente, que atrai capital de diversos países.

Romão (2006) destaca a fala do ex-ministro da Fazenda do Governo Lula, Antonio Palocci, em parte de um de seus discursos para embasar tal afirmação:

Em nenhuma outra região do país, o setor do agronegócio é tão desenvolvido como na de Ribeirão Preto, aqui como em nenhum outro lugar, estão organizadas as principais atividades rurais, desde a produção de sementes até a chegada dos produtos ao supermercado, ou seja, temos fazendas produtivas de grãos, de cana-de-açúcar, laranja, café, leite, carnes e outros produtos. Temos indústrias, grandes ofertas de serviços, mãos-de-obra qualificadas, localização estratégica e várias outras vantagens [...]. Ou seja, agronegócio para a gente é assim, uma ótima combinação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social (Palocci apud Romão, 2004, p. 2).

Para Romão (2006, p. 2), “mais do que a voz de uma autoridade ministerial, esse discurso manifesta regiões de poder e de saber e materializa um modo de produzir sentidos sobre o agronegócio. [...] determinada por alianças e acordos políticos com vários partidos e com outros segmentos sociais, que não os trabalhadores”. Acrescentadas ao discurso citado, várias propagandas veiculadas em cadeia televisiva (entendidas muito além de um *marketing* pontual), associam praticamente todas nossas necessidades ao agronegócio, costurando uma imagem poderosa a esse setor. Através do processo de cooptação, atraem-se vozes de sujeitos relacionados à arte, ao esporte, ao mundo do trabalho, à política, à economia para se orquestrar um único dizer, cujo efeito é a valorização do agronegócio.

## 5. Considerações finais

Sachs (2005), diretor do Instituto da Terra da Universidade Columbia e assessor especial do ex-secretário geral da ONU Kofi Annan para as Metas de Desenvolvimento do Milênio (2005), destaca que os bens vitais que devem estar disponíveis ao ser humano, sem distinção de classe, são denominados bens de mérito, consagrados pelo direito internacional, em especial na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle<sup>2</sup>.

Para que isso se torne viável, sem o ônus por parte somente do Estado, as atividades agropecuárias devem proporcionar ao homem do campo e às suas comunidades condições técnicas, econômicas e sociais de progresso. Numa visão extensionista, o ser humano deveria ser elevado,

---

<sup>2</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos, Nações Unidas, Resolução da Assembléia-Geral 217<sup>a</sup> (III), 10 de dezembro de 1948, artigo 25.

com mais altos níveis de renda, educação, saúde, alimentação e habitação, considerando o homem o verdadeiro agente do seu próprio progresso, do bem-estar de sua família e da comunidade a que pertence.

Segundo Batalha (1995), as empresas vêm exercendo influências sobre o meio ambiente que as cerca com o objetivo único de atingir suas metas, posicionando-se com o intuito de obter o máximo de margens de lucro em suas atividades, ao mesmo tempo em que tentam apropriar-se das margens dos outros agentes presentes, para se defender contra as forças da concorrência ou transformá-las a seu favor.

Embora a agricultura familiar seja responsável por mais da metade da produção agropecuária no Brasil, quem se destaca com supremacia é o setor do agronegócio, sendo privilegiado, por isso, com fatia maior de crédito rural. O poder do agronegócio se espelha na aparência do livre comércio, quando sua prática é de controle social, através da combinação e oposição de diferentes tipos de relações sociais, como se a agricultura capitalista e familiar, numa tentativa de combinação, fossem da mesma natureza. Na realidade, a agricultura capitalista explora o trabalho assalariado e exerce controle político do mercado, enquanto a agricultura familiar é explorada por meio da renda capitalista da terra, sujeitando-se a pequena parte da riqueza que produz (Fernandes, 2004, p. 02-03). “A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura familiar” (Fernandes, 2004, p.05).

Sobre essa territorialização do agronegócio, Hespanhol (2007) constata que a expansão da agricultura moderna nas zonas de cerrado do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste do país

está comprometendo biomas do cerrado e agora começa a adentrar a Floresta Amazônica. Isso está provocando a devastação de florestas para a produção direta de soja ou para a criação de gado, já que muitas áreas anteriormente ocupadas pelas pastagens estão cedendo espaço para o plantio da leguminosa e se deslocando em direção às zonas florestadas (2007, p. 191).

A demanda por produtos agrícolas e pecuários é crescente e se torna um grande desafio para se conciliar a preservação dos ecossistemas e

garantir a oferta de alimentos e energia. Deve-se, portanto, buscar um desenvolvimento que consiga harmonizar a eficiência econômica, o equilíbrio ambiental e a equidade social, ou seja, o desenvolvimento através da agricultura sustentável (agricultura orgânica, biodinâmica e natural) adaptável plenamente à agricultura familiar. Permite-se ainda, dentro desses parâmetros, detectar as disfunções, analisá-las e dar subsídios apropriados à formulação e implementação de uma eficiente política de segurança alimentar no Brasil.

Diante do exposto e da possibilidade de futuramente ter-se que estudar e apontar novos fatores que afetaram negativamente o desempenho do campo em nossa era, as autoridades e estudiosos devem analisar e entender como controlar a desenfreada investida do agronegócio no território brasileiro sem um processo de expropriação da agricultura familiar.

## 6. Bibliografia

- Agrianual, 2007 – Anuário da Agricultura Brasileira. Instituto IFNP. CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRIBUSINESS, 1., 2002, São Paulo.
- Abag - Associação Brasileira de Agribusiness, 2002. *Anais...* São Paulo; Disponível em: < <http://www.abag.org.br>>. Acesso em: 05 mar. 2007.
- Batalha, M.O.; Silva, A.L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. In: Batalha, M.O. (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. P. 23-63.
- \_\_\_\_\_. *Gestão agroindustrial*. Vol. 01. São Paulo: Atlas, 1997.
- \_\_\_\_\_. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 43-50, out./dez., 1995.
- Catalão, Igor. *A propósito da dialética socioespacial e dos movimentos sociais*. Presidente Prudente, 2007. 15 p. Trabalho não publicado.
- Clube Mundo. Geografia e Política Internacional. Disponível em: <<http://www.clubemundo.com.br>>. Acesso em: 12 dez 2008.
- Davis, J.H.; Goldberg, R.A. *A concept of agribusiness*. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.
- Delgado, G.C. *Questão agrária no Brasil*. Perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005. p.43-49.
- Delgado, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S.P. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. P. 15-52.
- Dematteis, G. *Le metafore della Terra: a geografia umana tra mito e scienza*. Milano: Feltrinelli, 1985.
- Fernandes, B. M. *As contradições do etanol*. São Paulo: Brasil de Fato, 2007.
- \_\_\_\_\_. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 11 set. 2007.
- \_\_\_\_\_. Agronegócio e Reforma Agrária. *Revista NERA*, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 11 set. 2007.
- \_\_\_\_\_.; Welch, C. Modelo de desenvolvimento em conflito: O agronegócio e a via camponesa. *Revista NERA*, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em 11 set. 2007.
- FNP. Instituto. Disponível em: <<http://www.fnp.org.br>>. Acesso em 10 ago. 2007.
- França, L.R; Fernandes Filho, J.F. A evolução da avicultura de corte em Goiás. In: Pereira, S.L. (Org.). *O Agronegócio nas Terras de Goiás*. Uberlândia: EDUFU, 2003. P. 175-211.
- Goldberg, R.A. *Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat, soybean and Florida orange economies*. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1968.
- Hespanhol, A.N. A expansão da agricultura moderna em bases empresariais e a integração do CentroOeste ao mercado nacional. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 22, 2000.

- \_\_\_\_\_. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: Marafon, G.J; RUA, João; RIBEIRO, M.A. (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. P. 179-198.
- INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ministério da Agricultura. *Desenvolvimento Rural*. Brasília, INCRA, 19[7-], p.12.
- Melese, J. *Approches systémiqes des organizations*. Paris: Les Editions d'Organisation, 1990.
- Nehmi, V.A.F. *Transgênicos prometem mudar a geografia da agricultura*. São Paulo, Instituto FNP, 2007.
- Palocci apud Romão, 2004, Delgado, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: Leite, S.P. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. P. 15-52.
- Raffestin, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993. 152 p.
- \_\_\_\_\_. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: Turco, A. (Org.). *Regione e regionalizzazione*. Milano: Franco Angeli. 1984. P.69-82.
- Rodrigues, R. Anais do 1º. Congresso Brasileiro de Agribusiness promovido pela Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG – São Paulo, 2003.
- Romão, L.M.S. O discurso do agronegócio e a evidencia do sentido único. *Revista NERA*, Presidente Prudente, nov/dez 2006. Disponível em: <[www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- Saquet, M.A. Proposição para estudos territoriais. *GEOgrafia*, Niterói, v. 8, n. 15, 2006.
- Sachs, J. *O fim da Pobreza*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2005.
- Schumpeter, J.A. *Capitalism, socialism and democracy*. Allen & Unwin, 1943.
- UNICA, União da indústria da cana-de-açúcar. Disponível em <<http://www.unica.com.br>>. Acesso em 12 dez 2008.
- Zylbersztajn, D.; Neves, M.F. *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

Recibido: febrero 2008

Aceptado: septiembre 10 de 2008